

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE
CARTOGRAFIA VECTORIAL HOMOLOGADA,
ORTOFOTOCARTOGRAFIA DO TIPO "TRUE ORTHOS" E
IMAGENS OBLIQUAS À ESCALA 1:2000

CADERNO DE ENCARGOS

Proc.º 406/DCP/2023

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato	4
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário	5
Cláusula 4.ª - Prestação de serviços	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais.....	5
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços	6
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário	6
Cláusula 8ª - Responsabilidade	6
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo	7
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais	7
Cláusula 11ª -Gestor do Contrato	7
Cláusula 12ª - Preço contratual	8
Cláusula 13ª - Preço base.....	8
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	8
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	9
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	9
Cláusula 16ª - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	10
Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário	11
Cláusula 19ª - Força maior	11

Capítulo IV - Resolução de litígios	12
Cláusula 20ª - Foro competente	12
Capítulo V - Disposições finais.....	12
Cláusula 21ª - Publicidade	12
Cláusula 22ª - Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 23ª - Contagem dos prazos	13
Cláusula 24ª - Legislação aplicável	13
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	13
Cláusula 25ª - Especificações técnicas.....	13

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços para execução de cartografia vectorial homologada, ortofotocartografia do tipo "True Orthos" e imagens oblíquas à escala 1:2000, melhor especificado na clausula 25ª e Anexos 1, 2, 3 e 4 deste caderno.

Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

- 1.** A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2.** Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.
- 3.** Para efeitos da autorização prevista no número 1:
 - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 4.** Nos casos de incumprimento, pelo co-contratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.
- 5.** Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:

- a) Pelas cláusulas dele constantes;
- b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;
- c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
- f) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Cláusula 4.^a - Prestação de serviços

- 1.** O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
- 2.** O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419ºA do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no nº 13 do artigo 42º do mesmo código.
- 3.** A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

Cláusula 5.^a - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;

- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;
- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços

1. O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência na data de envio da requisição da Câmara Municipal de Cascais.
2. O prazo máximo de vigência do contrato deverá ter em conta o prazo mencionado na proposta adjudicada, no máximo de 300 dias, conforme prazos de execução definidos no nº 8 da cláusula 25ª deste caderno, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
3. Pretende-se voos de cobertura entre maio e junho de 2024 e entrega de produto no segundo semestre de 2024.
4. O contrato cessa automaticamente quando forem faturados os valores constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (Divisão de Sistemas de Informação Geográfica) através do gestor do contrato conforme cláusula 11ª deste caderno.
2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

Cláusula 8ª - Responsabilidade

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.
2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.
3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais

Cláusula 11ª - Gestor do Contrato

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

Cláusula 12ª - Preço contratual

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
 - b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
 - d) Encargos com telecomunicações e correios;
 - e) Tradução de documentos;
 - f) Reprodução de documentos;
 - g) Equipamento e consumíveis de escritório.
4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 13ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade da prestação dos serviços é de € 220.000,00 € (duzentos e vinte mil euros).
2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.
3. O preço base atrás mencionado foi definido tendo em conta aquisições anteriores com objeto semelhante.

Cláusula 14ª - Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.

2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.
3. Podem ser propostos pagamentos parcelares, na seguinte forma, não havendo, contudo, lugar a adiantamentos, conforme resulta da cláusula 15ª do presente caderno encargos:
 - a) 20% do valor adjudicado com a execução da cobertura aérea e entrega do relatório;
 - b) 30% do valor da adjudicado com entrega da ortofotocartografia (True Orthos), imagens oblíquas e imagem única do concelho;
 - c) 30% do valor adjudicado com entrega dos produtos cartográficos vetoriais e submissão para homologação dos mesmos à Direção Geral do Território, adiante designada como DGT;
 - d) 20% do valor adjudicado com a homologação dos produtos.

Cláusula 15ª - Adiantamentos

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16ª - Penalidades contratuais

1. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.

5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.

8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 19ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 20ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 21ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

Cláusula 22ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

Cláusula 23ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25ª - Especificações técnicas

Aquisição de serviços para execução de cartografia vectorial homologada, ortofotocartografia do tipo "True Orthos" e imagens oblíquas à escala 1:20002, conforme as seguintes especificações:

1. Área a cartografar:

1.1. Cartografia vectorial

1.1.1. Área a cartografar numericamente à escala 1:2 000, nível de detalhe NdD1.

- a) É a área geográfica delimitada no cartograma do Anexo 1 ao presente Caderno de Encargos. (Limite Administrativo do Município acrescido de 200 metros)
- b) Tem a dimensão de 10907 hectares que se distribuem por 86 (oitenta e seis) folhas conforme esquema constante do Anexo 1.

1.1.2. Ortofotocartografia e imagens oblíquas

1.1.2.1. Área a cartografar por ortofotomapas:

- a) É a área geográfica delimitada no cartograma do Anexo 1 ao presente Caderno de Encargos, com 10907 hectares. (Limite Administrativo do Município acrescido de 200 metros)
- b) Corresponde a 97 ortofotomapas, definidos de acordo com o seccionamento da Série Cartográfica Nacional 1:2 000 da DGT, indicado no mesmo cartograma.

2. Sistema de Referência

2.1. O sistema de referência a utilizar na produção da cartografia vectorial como na ortofotocartografia tem de obedecer aos seguintes referenciais:

- Referencial Planimétrico: PT-TM06/ETRS89
- Referencial Altimétrico: Datum Cascais 1938

3. Qualidade Técnica dos Trabalhos

- Cartografia vetorial:

Os requisitos e regras de qualidade a observar na execução do presente trabalho, são as indicadas no anexo 3 “Normas e Especificações Técnicas para a Cartografia Topográfica e Vetorial e de Imagem CartTop-V.1.1”, nível de detalhe NdD1 e nas presentes especificações técnicas.

Pretende-se cartografar apenas os seguintes temas de acordo com as normas acima referidas:

- 03 – Altimetria;
- 04 - Hidrografia;
- 05 – Transportes;
- 06 – Construções;
- 11 – Auxiliar.

Alem dos temas/objetos indicados, deve ainda ser adquirida a seguinte informação adicional ao tema Construções, Edifício 06.03, que se materializa em três novos campos:

- Cota da Soleira: (Ponto de cota no pavimento no plano médio da fachada de edifício que confronta com arruamento);
- Cota do Beiral do Telhado;
- Cota do Topo do Edifício.

Os campos acima referidos são do tipo numérico, com duas casas decimais.

O adjudicatário deverá submeter á homologação da DGT apenas a cartografia vetorial produzida. Os encargos financeiros associados a este processo deverão estar contabilizados no valor total da proposta.

A cartografia vetorial homologada deverá ser entregue à Câmara Municipal de Cascais, em disco externo USB (passando este a propriedade do município), em base de dados PostGres/PostGis e ainda nos formatos Shapefile (shp) e DWG.

A cartografia vetorial homologada entregue em formato DWG, deverá ser na versão 2010, seccionada por folhas de acordo com o cartograma do anexo 1.

A cartografia vetorial homologada entregue em formato PostGres, PostGis e Shapefile não deverá ser seccionada

Se no decorrer do corrente processo de adjudicação/execução da cartografia vetorial as normas constantes do anexo 3, sofrerem atualização por parte da DGT, será da responsabilidade da entidade adjudicada, promover as alterações necessárias de modo a respeitar o estipulado nas normas revistas.

- Ortofotocartografia (true-orthos) e imagens oblíquas:

A cobertura aerofotográfica deverá cumprir integralmente o regulamento nacional (Direção Geral do Território), de acordo com o "RTCAP-Regulamento Técnico das Coberturas Aerofotográfica para Fins Cívicos", mas com as seguintes sobreposições:

- Sobreposição longitudinal mínima 60%
- Sobreposição lateral mínima 60%

São solicitados cumulativamente os seguintes requisitos:

- Deverá ser executada com câmara aérea digital de grande formato com resolução mínima de 36MP;
- O tamanho do pixel no solo deverá ser no máximo de 10cm;
- A altura do sol deverá ser superior a 40°;
- As imagens adquiridas e disponibilizadas (ortofotomapas) têm de conter as gamas espectrais visíveis (RGB) e as gamas NIR (near infrared).
- As imagens inclinadas deverão ter uma inclinação de 45° com orientações (N/S/E/O) e terão de conter no mínimo as gamas espectrais visíveis (RGB).

Pretende-se a obtenção de ortofotocartografia do tipo "True Orthos", ou seja, ortofotomapas sem distorção radial, no qual todos os elementos cartografados deverão estar totalmente na vertical (não sendo visível qualquer parte/pormenor da sua fachada. No processo de obtenção dos True Orthos deverá ser utilizado o modelo digital de superfície 3D (DSM).

O voo de cobertura deverá ser realizado entre os meses de maio e junho.

As imagens aéreas deverão ser ortorectificadas a partir do modelo digital de superfície (DSM). A mosaicagem deverá ser feita de modo a tornar impercetível as linhas de ligação entre imagens. Deverão ser ainda detetados e corrigidos todos os pixéis “ocultos” resultantes do processo de obtenção das imagens.

Deverá ser tomada especial atenção à radiometria dos ortofotomapas. Todo o conjunto deverá ter uma radiometria uniforme.

Pretende-se que os ortofotomapas sejam luminosos, sem distorcer a tonalidade natural. A Câmara fornecerá, ficheiro. qml com parâmetros radiométricos pretendidos.

Os ortofotomapas deverão ser “cortados” pelo limite administrativo do Município de Cascais acrescido de um buffer de 200 metros.

Deverá ainda ser entregue imagem única, de cada voo, do território do concelho de Cascais com resampling a pixel de 1.00 metro em JPEG com JPW.

Esta imagem deverá ser trabalhada ao nível da área visível do mar por forma a ser produzida uma representação uniforme.

4. Entregáveis

A entidade adjudica entregará à entidade adjudicante, os seguintes produtos e nos seguintes formatos:

- Ortofotomapas: formatos TIFF com TFW, JPG com JGW e ECW;
- Cartografia vetorial: formatos SHP, DWG e base de dados PostGres/PostGis
- Imagens obliquas: formato JPG
- Tabelas auxiliares e/ou relacionais sem geometria: formato XLSX
- Certificado de calibração da câmara aérea: formato PDF
- Parâmetros de orientação do voo: formatos ASCII, CSV ou XLSX
- Triangulação Aérea: formatos ASCII ou CSV ou XLSX
- Relatório final: formato PDF
- Outra documentação: formatos PDF, CSV, XLSX ou ASCII

5. Relatório Final

O adjudicatário entregará um relatório final, devidamente datado e assinado pelo Director Técnico dos trabalhos, com a descrição pormenorizada da execução de cada fase do trabalho, com destaque para a indicação:

- a) Da entidade executante;
- b) Da data de início e fim da fase;

- c) Dos operadores intervenientes;
- d) Da informação exógena eventualmente utilizada;
- e) De eventuais dificuldades que possam ter ocorrido e o modo como foram superadas;
- f) Da metodologia de avaliação da qualidade dos resultados dessa fase, com apresentação dos valores obtidos.

6. Meios humanos e técnicos

6.1. O adjudicatário deve empregar, no projecto, pessoal em quantidade adequada e experiente nas diferentes tarefas a executar e deve usar técnicas, equipamentos e materiais que sejam capazes de garantir as precisões e requisitos especificados nas presentes especificações e Anexos 2 e 3, anexos ao caderno de encargos.

7. Fiscalização

A entidade adjudicante, ou quem ela credenciar para o efeito, poderá inspeccionar o trabalho em curso em qualquer altura e pode exigir relatórios escritos com as técnicas, equipamentos e pessoal empregues no projeto.

8. Prazos de execução

8.1. Os prazos de execução a observar deverão ser no máximo os seguintes:

- a) Para a execução e entrega da cobertura aérea e entrega do relatório de voo deverão ser observados no máximo 30 dias;
- b) Para a execução e entrega da ortofotocartografia (True Orthos), imagens oblíquas e imagem única do concelho deverão ser observados no máximo 90 dias;
- c) Para a execução, entrega e submissão dos produtos cartográficos vetoriais para homologação dos mesmos à DGT deverão ser observados no máximo 180 dias;
- d) Não se indica prazo para o processo de homologação dado que este não irá depender do produtor da cartografia.